



A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA POPULAR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE FEIRA DE SANTANA: reflexões a partir de política públicas com foco no comércio popular do centro da cidade

Cléo Emídio dos Santos Lima¹
José Raimundo Oliveira Lima²

Resumo: O modelo de desenvolvimento adota na cidade de Feira de Santana tem apresentado limites para gerar um padrão de desenvolvimento que contribua com modificações estruturantes no cenário local. Desde a implantação do parque industrial, na década de 60, até o presente período, primeira década do século XXI, a “vocação” comercial do município tem sido secundarizada do ponto de vista da assistência das iniciativas do poder público. Assim, discute-se qual o papel e as contribuições que a prática produtiva dos segmentos populares pode dar para uma estratégia de desenvolvimento local solidário, a partir do referente teórico-prático-organizativo da economia popular e solidária.

Palavras chave: Economia Popular e Solidária; Desenvolvimento Local Solidário; Políticas Públicas.

Abstract: The development model adopted in the city of Feira de Santana has presented limits to generate a pattern of development that contributes to structural changes in the local scene. Since the implementation of the industrial park, in the 60s, to the present period, the first decade of this century, the "vocation" of the commercial district has been sidelined from the standpoint of assistance from government initiatives. Thus, we discuss the role and contributions to the practice of productive popular segments can give to a local development strategy solidarity, from the theoretical framework and practical-organizational popular and solidarity economy.

Keywords: Popular and Solidarity Economy; Local Development Solidarity; Public Policy.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). cleoemidio@gmail.com

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). zeraimundo@uefs.br



1. INTRODUÇÃO

Na década de 60 tanto o Brasil como países impulsionados pelas políticas de reestruturação sócio-econômico do pós-guerra vivenciaram momentos particulares de crescimento econômico. A combinação de projetos de desenvolvimento nacional com as estratégias de competição das empresas multinacionais possibilitou o avanço da industrialização para um leque de países diversificados, gerando uma situação na qual a localização geográfica da produção e do trabalho deixou de ser tão desigual” (POCHAMNN; 2004; p 36).

A cidade de Feira de Santana acompanha esse movimento histórico. É na década de 60, por exemplo, que é criado o Centro Industrial Subaé (CIS), como política de indução do desenvolvimento a partir da implantação de um parque industrial no município.

Essa opção política também se mostra em sua dimensão ideológica a partir de determinado discurso de modernização da cidade que passa a se fortalecer, em certa medida, contrastando com outros segmentos que tem atuação no campo do desenvolvimento econômico local. É o caso do amplo setor econômico popular local, marcado pela forte presença das feiras livres, do setor da informalidade e do comércio ambulante e de certo segmento comercial (o pequeno e médio comerciante).

Essa “vocação” comercial da cidade, em termos, sofreu ao longo do tempo com os limites da ação do poder público que por vezes não conseguiu atender com a devida atenção a essa enorme potencialidade do município. Não obstante, observa-se em tempo mais recente, se tomarmos como recorte histórico os dez primeiros anos do século vinte e um, a degradação das condições que são oferecidas ao comércio popular na cidade, a exemplo das feiras livres e do comércio informal que padecem de infra-estrutura adequada para seu funcionamento e de uma mais profunda integração destes com a produção local.

São estes fatores que nos fazem propor esta reflexão, o contraste do discurso modernizador aliado do crescimento econômico frente à idéia de desenvolvimento (humano social) e os seus desdobramentos a partir dos planos diretores implementados na cidade, Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1968 e o Plano Diretor de Desenvolvimento (PDDU) de 2000.

Assim, o estudo se constitui como trabalho de natureza bibliográfica, pois pretende apresentar algumas referências teóricas que abordam o tema do Desenvolvimento e das Políticas Públicas frente ao entendimento posto do que seja a Economia Popular do município caracterizada neste trabalho em sua potencialidade enquanto agente político



capaz de promover mudanças qualitativas frente ao cenário descrito acima.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Os sujeitos que perfazem o enfrentamento: da economia popular à economia popular e solidária

Nosso entendimento parte de conceber a economia popular como ponto de partida de um movimento significativo de segmentos sociais que se envolvem com a promoção de iniciativas econômicas como meio fundamental para prover o seu sustento material. Geralmente, as pessoas envolvidas nessa dimensão da economia se relacionam em um âmbito de organização ainda muito fluido, ou mesmo que exista algum grau de organização para o desenvolvimento da atividade produtiva ele não objetiva a acumulação capitalista.

Para Kraichete (2010; p 2) por economia dos setores populares entendem-se as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não.

Essa dimensão da economia popular tem, em especial no Brasil, dialogado com a emergência da Economia Solidária enquanto um modo de expressão de uma maior organização e institucionalização da prática econômico produtiva dos grupos populares. A partir da identificação de elementos tais como a autogestão; a cooperação; a solidariedade; e a ação econômica; as experiências produtivas de grupos populares tem amadurecido no sentido de buscar uma outra perspectiva política, que consegue traduzir-se em nossa realidade a partir da denominação da Economia Popular e Solidária.

Para Lima (2011; p 5) a economia popular e solidária não se restringe, nem se limita apenas à dimensão mercadológica responsável pela proliferação da dinâmica de exploração do trabalhador, bem como da competitividade e do individualismo. Tem buscado, entretanto, através das redes, a sua dinâmica própria no circuito econômico solidário contemplando outras dimensões de atuação além da econômica (social, cultural, ambiental, educacional e política).

2.2. Políticas públicas: desenvolvimento local e economia popular em Feira de Santana



De um ponto de vista teórico a política pública se define por ser um “fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAVIA; 2006; p 28). Em sentido mais “operacional poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, [...] por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (SARAVIA; 2006; p 28).

A política pública tem no ente estatal historicamente o seu principal organizador e promotor, entretanto a complexidade de questões ligadas à globalização, a emergência de antigas questões domésticas a esfera do público e a crescente participação dos sujeitos contemplados pelas políticas e grupos de pressão e dos movimentos sociais nos processos decisórios levaram a constituição de novos modelos de gestão e participação das políticas públicas, em especial no Brasil.

Vão então se delineando no Brasil, de acordo com o pensamento neoliberal, “as políticas públicas materializadas em programas e projetos sendo executadas por qualquer agente apto institucionalmente a gerir recursos públicos enquanto sociedade civil [...] sem perder de vista, uma racionalidade própria da economia de mercado na medida em que dinamiza as compras públicas e favorece a realização da produção” (LIMA; p 8 e 12).

No que diz respeito a Feira de Santana, nomeamos os documentos do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1968; o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000; ambos se constituem em ações amplas, de grande envergadura, com vistas a disciplinar o uso do solo e o ordenamento geral da cidade. Em tais documentos podemos extrair propostas específicas que dizem respeito à situação do centro da cidade e do comércio popular.

Sobre este dois Planos “a diferença estrutural e ideológica de cada um dos trabalhos chama a atenção, pois o primeiro (PDLI) foi realizado num período ditatorial e as idéias defendidas visavam uma América Latina forte e livre, onde existisse possibilidade de estabelecimento de líderes locais, que nos libertariam do jugo internacional. O Estado ainda era considerado como forte e neutro, devendo defender o „bem estar social”. Já o PDDU, tem uma influencia muito mais neoliberal. Porém, como todas as „idéias fora do lugar”, esta idéia específica parte do pressuposto de que existe uma população esclarecida de sua cidadania e com forte organização de classe. Como não é o caso, todo o esforço nada mais é do que uma oficialização do que a elite dominante deseja. Assim, apesar de sua máscara



democrática, acreditamos que o PDDU defende o interesse de uma minoria, da mesma forma que o PDLI” (SANTO, SAMPAIO, SILVA, FERNANDES; 2011; p 12-13).

2.3. Modelo(s) de desenvolvimento e perspectiva(s) de desenvolvimento local em Feira de Santana

Uma análise sobre as modalidades de desenvolvimento implementadas ao longo da história do Brasil demonstram os limites que as opções políticas adotadas impuseram como desdobramentos nas esferas sócio-econômico-cultural-ambiental. Certamente que tais vias de desenvolvimento trouxeram impactos “positivos”, no entanto, a persistência de problemas estruturais na realidade brasileira indicam os limites dos modelos adotados ao longo do tempo.

Esse paradigma que emerge como resposta do capital a suas crises (crise do modelo fordista, década de 60) se desdobra ao longo das décadas de 70 e 80. Nesse cenário na América Latina e em escala mundial começa a se desenhar o que veio a ser chamado de neoliberalismo. Este tem a marca fundamental da desregulamentação do trabalho, do fortalecimento do capital financeiro, do repasse da responsabilidade de direitos sociais e da venda do patrimônio público estatal para a esfera privada.

Na década de 90, período do auge das políticas neoliberais no Brasil e América Latina, se tomarmos como base de análise o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) constata-se que países com altos índices de crescimento econômico detinham baixos pontos no IDH, desmistificando mais uma vez a idéia de crescimento econômico associado (“automaticamente”) com a idéia de desenvolvimento.

Seguindo a crítica à idéia de desenvolvimento alguns segmentos do pensamento social enfatizavam uma rígida hierarquização na economia capitalista mundial, que se dividia em um núcleo mais orgânico formado por países desenvolvidos (no sentido de uma estrutura interna que permite a maximização do uso das forças produtivas e fatores de produção); por uma semiperiferia, constituído de países emergentes (em desenvolvimento das forças produtivas, mas, ainda subordinados às economias ditas desenvolvidas, caracterizados, principalmente, por serem fornecedores de insumo); e por uma periferia, formada por países subdesenvolvidos (completamente dependentes e fornecedores de alguns insumos ainda como exclusividade a alguns poucos países).

Para esse campo de pensamento o desenvolvimento seria algo inatingível, portanto um mito, utilizado ao longo do tempo para iludir o povo a aceitar grandes sacrifícios como



justificar a destruição do meio físico e as formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo, além de legitimar a destruição das “culturas arcaicas” (FURTADO; 1974).

Em Feira de Santana é o caso das Feiras Livres, espaço de comercialização popular de produtos do gênero alimentício localizadas tanto nos espaços convencionais destinados a essas atividades, assim como em parte significativa das principais ruas do centro da cidade e, mesmo exercendo papel importante no abastecimento do mercado e da demanda local, não contam com suporte adequado de infra-estrutura além de “sofrer” com a pressão dos agentes públicos para desocupação do seu local de trabalho e comercialização.

Frente aos debates emergentes sobre o tema do Desenvolvimento surge também a idéia de desenvolvimento local como resposta as constantes crises enfrentadas pelo capitalismo a partir da década de 70, sendo que seu reconhecimento institucional veio a partir dos anos 90 com a implementação de políticas institucionais que adotaram o seu arcabouço a partir de ações do poder público e de organizações da sociedade civil que promoviam a temática.

Por desenvolvimento local entende-se ser “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (AMARO; 2009; p 108).

Entretanto, é preciso mencionar uma forte tendência *localista* que permeia essa perspectiva, que opõe ao global qualquer capacidade de influencia na mobilização dos atores locais. Entretanto, diversas iniciativas que tem como foco o desenvolvimento local se fortalecem em um ambiente macroeconômico adverso na década de 90, período de aprofundamento das idéias neoliberais, de desregulamentação do trabalho e de diminuição do Estado na manutenção dos direitos sociais, o que ajuda a desmistificar a idéia segunda a qual o desenvolvimento local nada tem há ver com o ambiente nacional-global.

Para o presente trabalho considera-se como desenvolvimento a idéia de expansão das liberdades e da criatividade humana, perfazendo a existência de dois eixos que caminhem de modo equilibrado: eficácia na ação (técnica) e busca de propósito de vida (valores), sendo que a sociedade ao longo dos últimos duzentos anos se voltou mais para o aprimoramento da ação técnica (FURTADO; 2000).

Adota-se também a idéia de desenvolvimento local, este compreendido em suas



múltiplas dimensões, além da econômica, buscando assim uma abordagem holística dos problemas e questões colocadas para a sociedade (FRANÇA, VAZ, SILVA; 2002), que consiga conjugar participação e mobilização social, melhoria nas condições de vida e acesso aos bens materiais e culturais para a população em geral, das localidades e dos territórios.

Sugerimos também outro conceito mais amplo e complexo, qual seja, o de desenvolvimento local solidário, posto que consiga sinalizar com elementos de síntese e superação das idéias anteriores de desenvolvimento e de desenvolvimento local. Para esta perspectiva o desenvolvimento segue em um duplo aspecto: quantitativo e qualitativo. “Desenvolvimento (local solidário) então seria o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode inclusive alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo quais desses bens se deseja” (PATEO, SÍGOLO; p 9).

Ademais a economia popular e solidária se vincula a dimensão do desenvolvimento local solidário de um ponto de vista estratégico para consolidar “modelos” que rompem com o viés economicista geralmente imbricado nas perspectivas do desenvolvimento enquanto produto da modernização. Essa estratégia tem apontado para o redimensionamento das ações do desenvolvimento local e sua inclusão na esteira das formas solidárias de desenvolvimento, que conseguem perceber as interconectividades entre os diversos elementos que permeiam a complexidade das questões contemporâneas do mundo do trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se os limites impostos pelos modelos de desenvolvimento adotados em Feira de Santana, no qual tem se privilegiado o retorno para alimentar o circuito econômico hegemônico, baseado no padrão de industrialização em detrimento da economia popular do município. Isso fica patente ao observarmos os Plano de Desenvolvimento implantados no município (PDLI e PDDU), que apontam, ambos, para a vigência dos interesses dos grupos dominantes, a exemplo mais recente do capital imobiliário com presença expressiva na cidade.

Por sua vez, a economia popular tem sido inserida de modo secundário no cenário local, por vezes caracterizada enquanto um modo de economia “desestruturante”, a exemplo do recorte pejorativo atribuído ao comércio popular de rua localizado no centro da cidade, vinculado a paradigmas de desenvolvimento arcaicos.



De outro modo, as análises com base nas referências teóricas atestam uma potencialidade no que diz respeito a economia popular solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local solidário, tendo em vista a presença de alguns elementos que perfazem a prática da economia popular e solidária na prática do comércio popular da cidade, mesmo que ainda de forma embrionária ou apropriada de modo inconsciente pelos segmentos da economia popular do município.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento Local**. In: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (orgs). Dicionário Internacional da Outra Economia. Janeiro de 2009.

FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado, (Org.). **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo, Instituto Pólis, 2002.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento, enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

LIMA, José Raimundo O. **Economia popular e solidária enquanto economia política dos setores populares**: princípios e dimensões fundamentais. Conferência proferida no II Seminário da Casa do Trabalhador de Feira de Santana, dezembro de 2011, Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico - Feira de Santana.

LIMA, José Raimundo O. **A economia popular e solidária como possibilidade de política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento local sustentável**. Salvador: PPGEduc/UNEB.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares**: bases conceituais para políticas de fomento. Versão revista do texto submetido à Comissão Científica do III Congresso da Rede de ITCPs, janeiro/2010.

PATEO, Felipe; SÍGOLO, Vanessa. **Um estudo sobre desenvolvimento local solidário**: conceitos e estratégias. São Paulo: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/USP).

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento capitalista e dimensão regional**. In: POCHMANN, Márcio (org). *Reestruturação produtiva*: perspectivas de desenvolvimento local e inclusão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANTO, Sandra M. et al. **Planejamento urbano de Feira de Santana (BA)**: comparação entre os planos diretores de 1968 e 2000. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL: Costa Rica, II Semestre, 2011, pp. 1-17.



SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública.** In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs). *Políticas Públicas: coletânea.* Brasília: ENAP, 2006, v 1.